

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

**AMANDA LILIAN OLIVEIRA
ISABELLY CEREZA SOUZA**

**APONTAMENTOS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS NO PROCESSO
ESCOLAR PARA PESSOAS COM DISLEXIA**

**CASCADEL, PR
2021**

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

**AMANDA LILIAN OLIVEIRA
ISABELLY CEREZA SOUZA**

**APONTAMENTOS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS NO PROCESSO
ESCOLAR PARA PESSOAS COM DISLEXIA**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a disciplina de TCC, do curso de Pedagogia, da FAG.

Prof. Orientadora: Jussara Chagas Lima.

**CASCADEL, PR
2021**

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

**AMANDA LILIAN OLIVEIRA
ISABELLY CEREZA SOUZA**

**APONTAMENTOS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS NO PROCESSO
ESCOLAR PARA PESSOAS COM DISLEXIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da FAG, exigido como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Jussara Chagas Lima, tendo sido _____ com a nota _____ na data de ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Jussara Chagas Lima

Dirleia Aparecida Sbadelotto Castelli

Jean Carlos Coelho

Cascavel, ____ de _____ de _____.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
-------------------------	----------

1. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA DISLEXIA – DEFINIÇÕES E DIAGNÓSTICOS	8
2. RESPALDOS LEGAIS PARA INCLUSÃO E ATENDIMENTO DA CRIANÇA COM DISLEXIA	12
3. DISLEXIA ENQUANTO TRANSTORNO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS	19

APONTAMENTOS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS NO PROCESSO ESCOLAR PARA PESSOAS COM DISLEXIA

OLIVEIRA. Amanda, Lilian ¹

SOUZA. Isabelly, Cereza²

LIMA. Jussara Chagas³

RESUMO

Este estudo versa sobre os desafios que permeiam o ensino da pessoa com dislexia, bem como as atitudes de inclusão que a escola, a família e a sociedade em geral devem adotar. No dicionário, a palavra “Dislexia” é definida como perturbação na aprendizagem da leitura pela dificuldade no reconhecimento da correspondência entre os símbolos gráficos e os fonemas, também na transformação de signos escritos em signos verbais; ou, ainda, dificuldade para compreender a leitura, após lesão do sistema nervoso central, apresentada por pessoa que anteriormente sabia ler. O principal foco foi dado em pesquisa bibliográfica, pois esse formato, segundo Gil (2002), possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto. Essas dificuldades geralmente são causadas por componentes fonéticos insuficientes da linguagem e são imprevisíveis em relação à idade e a outras habilidades cognitivas. (Tal definição foi adotada pela IDA – *International Dyslexia Association*, em 2002, e também é usada pelo *National Institute of Child Health and Human Development* – NICHD). Independentemente das diferenças ou dificuldades no processo de desenvolvimento e aprendizagem, a intervenção terapêutica é sempre necessária. Intervenções pontuais para a particularidade de cada caso visam ajudar na superação, na adaptação às limitações e nas dificuldades para promover o desenvolvimento integral. Para crianças, adolescentes e adultos com desempenho anormal ou atrasado, as intervenções certas ajudarão a melhorar a autoestima e a autoconfiança.

Palavras-chave: Ensino, dislexia, escola, educação, inclusão.

¹ Acadêmica do 8º período do curso de pedagogia do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz.

² Acadêmica do 8º período do curso de pedagogia do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz.

³ Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, orientadora e coautora deste artigo.

NOTES ON REFERRALS IN THE SCHOOL PROCESS FOR PEOPLE WITH DYSLEXIA

ABSTRACT

This study is about the challenges that permeate the teaching of people with dyslexia, as well as the attitudes of inclusion that the school, family and society in general should adopt. In the dictionary, the word “Dyslexia” is defined as a disturbance in learning to read due to the difficulty in recognizing the correspondence between graphic symbols and phonemes, also in the transformation of written signs into verbal signs; or, still, difficulty in understanding reading, after damage to the central nervous system, presented by a person who previously knew how to read. The main focus was given on bibliographic research, as this format, according to Gil (2002), allows a wide range of information, in addition to allowing the use of dispersed data in numerous publications, also helping to build or better define the conceptual framework that involves the proposed object of study. These difficulties are often caused by insufficient phonetic components of language and are unpredictable in relation to age and other cognitive abilities. (This definition was adopted by the IDA – International Dyslexia Association, in 2002, and is also used by the National Institute of Child Health and Human Development – NICHD). Regardless of differences or difficulties in the development and learning process, therapeutic intervention is always necessary. Specific interventions for the particularity of each case aim to help overcome, adapt to limitations and difficulties to promote integral development. For children, adolescents and adults with abnormal or delayed performance, the right interventions will help to improve self-esteem and self-confidence.

Keywords: Teaching, dyslexia, school, education, inclusion.

INTRODUÇÃO

No dicionário, a palavra “Dislexia” é definida como perturbação na aprendizagem da leitura pela dificuldade no reconhecimento da correspondência entre os símbolos gráficos e os fonemas, bem como na transformação de signos escritos em signos verbais ou, ainda, na dificuldade para compreender a leitura, após lesão do sistema nervoso central, apresentada por pessoa que anteriormente sabia ler.

Segundo a Associação Brasileira de Dislexia – ADB, a Dislexia pode ser determinada como um transtorno de aprendizagem neurobiológico específico, caracterizado por dificuldades no reconhecimento preciso e/ou fluente de palavras, decodificação e habilidades ortográficas. Essas dificuldades geralmente são causadas por componentes fonéticos insuficientes da linguagem e são imprevisíveis em relação a outras habilidades cognitivas.

Independentemente das diferenças ou dificuldades no processo de desenvolvimento e aprendizagem, a intervenção terapêutica é sempre necessária. Intervenções pontuais para a particularidade de cada caso visam ajudar na superação, adaptação às limitações e nas dificuldades para promover o desenvolvimento integral. Para crianças, adolescentes e adultos com desempenho anormal ou atrasado, as intervenções certas também ajudam a melhorar a autoestima e a autoconfiança.

Como a criança com dislexia apresenta sérias dificuldades escolares, afetivas e como demanda de maior atenção por parte dos professores, o trabalho não é, em geral, fácil. Ainda que elas sejam muitas vezes vistas como preguiçosas, tanto no âmbito familiar quanto no escolar, é importante compreender a escola como um ambiente de aprendizagem e de socialização, responsável pelo desenvolvimento das crianças com ou sem dificuldade. Nesse sentido, cabe a ela traçar novas metodologias que sejam capazes de suprir às necessidades dos alunos, bem como compreender que as crianças são únicas e que possuem formas diferentes de ver e apreender o mundo em que vivem.

Diante disso, esta pesquisa justifica-se pela importância de se conhecer e ter acesso aos mecanismos pertinentes ao ensino da pessoa diagnosticada com Dislexia, pois o trabalho específico, voltado para esses alunos, colabora para o desenvolvimento intelectual mais amplo e significativo. Assim, além de auxiliar na superação das expectativas e dificuldades dos alunos, ele promove um desenvolvimento cognitivo satisfatório e emancipatório.

Para pôr, então, em perspectivas a importância salientada, os principais objetivos, aqui, são: (i) apresentar as características referentes à inclusão da população

de disléxicos, não só em ambientes escolares, e familiares, mas nas diversas relações sociais em que o indivíduo se encontra inserido; (ii) identificar as características da criança com dislexia para evidenciar as práticas pedagógicas procedimentais que contribuam com o processo de desenvolvimento de crianças disléxicas e (iii) explicitar os condicionamentos dos relacionamentos familiares e escolares, no que diz respeito a elas. Para que alcancemos o que nos propomos, a clareza teórica e as experiências do professor devem ser aliadas; elas oportunizam tanto a qualidade no processo de aprendizagens, quanto no levantamento dos estudos sobre as crianças disléxicas no processo educacional.

A fim de cumprirmos com os objetivos supracitados, apresentaremos, primeiramente, algumas condições da pessoa com dislexia em relação ao complexo processo de desenvolvimento linguístico. Traremos à tona, também, os principais sinais que pais e professores devem notar para facilitar o diagnóstico e mesmo o trabalho escolar. Nesse sentido, as definições para o termo em questão serão aprofundadas. Posteriormente, discutiremos sobre os aspectos legais que contribuem para a inclusão da pessoa com dislexia. Embora, nesses aspectos, a pessoa com deficiência pareça ser o foco, as noções de igualdade e de direitos fundamentais possibilitam que seja considerado um olhar para outras dificuldades. Por fim, e em vista dessa consideração, a inclusão da pessoa com dislexia será o foco de análise.

1. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA DISLEXIA – DEFINIÇÕES E DISGNÓSTICOS

O desenvolvimento da linguagem é um processo complexo, pois, além dele ser necessário para a obtenção da leitura e da escrita, é analisado sob o nexo entre o aprendizado prévio e a integridade das funções básicas do sistema nervoso. A relação entre cérebro e comportamento, implícita no processo complexo de aprendizagem, tem sua base teórica e influência da escola russa; através da fusão da medicina, fisiologia, psicologia e de várias ciências, como as Vygotsky e Luria, a importância dos fatores sociais e culturais na evolução humana é enfatizada. Sob essa perspectiva, então, falar da aprendizagem linguística não é apenas destacar a aquisição de determinado conhecimento, de desenvolver habilidade ou mesmo de reter informação, mas de todo um processo que envolve o contexto, os aspectos emocionais, neurológicos e relacionais que formam a experiência e são motivadores do comportamento. (LUCENA, 2009).

Se o desenvolvimento das habilidades linguísticas depende da relação entre cérebro e contexto, mediante os quais se formam os conhecimentos prévios, pode-se afirmar que, num primeiro momento, é a linguagem externa do adulto que dá início ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Mais tarde, porém, a própria linguagem interna guia a criança e, portanto, pode-se concluir que os humanos nascem com cérebros imaturos e a maturidade depende da influência do meio ambiente, porque as crianças só podem desempenhar funções superiores por meio da mediação da linguagem. (LUCENA, 2009).

Devido à relação entre o desenvolvimento social e a organização funcional do cérebro, entende-se que ele se tornou um órgão da civilização, isto é, ele possui capacidade de adaptação, se devolve e se liga com outros cérebros. Tal ligação ocorre por meio dos vínculos significativos: se, por exemplo, a capacidade de alguém for estimulada em sintonia com emoções positivas, o cérebro armazenará confiança e segurança intersubjetiva; contrariamente a presente situação, se o estímulo e as emoções possuírem conotação negativa, a confiança e a seguranças necessárias para o aprendizado se desvanecem (VASCONSELOS, 2012). Ademais, alterações nos processos neurais que controlam a aprendizagem podem desencadear dificuldades ou obstáculos. Esses empecilhos se manifestam de várias formas e interferem no desempenho acadêmico; além de potencializarem determinadas unidades cerebrais durante o desenvolvimento, comprometem a linguagem e o aprendizado. Em vista disso, o indivíduo passa a organizar suas atividades mentais superiores, ou seja, a atividade de seu próprio cérebro.

Assim, Lucena (2009), sobre o desenvolvimento do pensamento e da linguagem nas crianças, pontua que:

Sob essa perspectiva, conclui-se que alterações nos processos neurais que regem a aprendizagem desencadeiam dificuldades ou transtornos, que se manifestam de várias maneiras e trazem interferências no desempenho acadêmico, reforça Tabakim: “disfunções em algumas das unidades cerebrais durante o desenvolvimento acarretam alterações percepto motoras, que resultam em comprometimento na linguagem e aprendizagem”. Na análise da Neuropsicologia, aplicada aos distúrbios da aprendizagem, considera-se a noção da maturação nervosa, além da existência de uma organização cerebral integrada, Intra e Inter neurosensorial, como interveniente no processo de aprender. Em se tratando de problemas de distúrbios de aprendizagem, a abordagem neuropsicológica oferece subsídios para identificar e diagnosticar casos clínicos, com a finalidade de promover ou apoiar intervenções terapêuticas nessa área ou em interação multidisciplinar. (LUCENA, 2009. p. 02).

Na análise da neuropsicologia sobre as dificuldades de aprendizagem, além da existência de tecido cerebral integrado (sensações intraneurais e interneurais), como método de intervenção no processo de aprendizagem, também é considerado o conceito de maturidade neural. Casos terapêuticos destinados a promover ou a apoiar a interação de campo ou multidisciplinar, relacionados à função simbólica de leitura e escrita, levarão a dislexia, quando a aprendizagem não for realizada em circunstâncias normais. Nesse sentido, convém oferecer uma definição precisa do termo em investigação. (VASCONSELOS, 2012).

A Associação Brasileira de Dislexia (2018) define dislexia como um transtorno de aprendizagem neurobiológico específico caracterizado por dificuldades no reconhecimento preciso e/ou fluente de palavras, decodificação e habilidades de ortografia. Essas dificuldades geralmente são causadas por componentes fonéticos insuficientes da linguagem e são imprevisíveis em relação à idade e a outras habilidades cognitivas. Tal definição foi adotada pela IDA – *International Dyslexia Association*, em 2002, também é usada pelo *National Institute of Child Health and Human Development* – NICHD.

Ainda, segundo a Associação Brasileira de Dislexia (2018), os principais sinais que devem ser notados pelos professores e pais são:

Alguns sinais na Pré-escola: Dispersão; Fraco desenvolvimento da atenção; Atraso do desenvolvimento da fala e da linguagem; Dificuldade de aprender rimas e canções; Fraco desenvolvimento da coordenação motora; Dificuldade com quebra-cabeças; Falta de interesse por livros impressos. Alguns sinais na Idade Escolar: Dificuldade na aquisição e automação da leitura e da escrita; Pobre conhecimento de rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras); Desatenção e dispersão; Dificuldade em copiar de livros e da lousa; Dificuldade na coordenação motora fina (letras, desenhos, pinturas etc.) e/ou grossa (ginástica, dança etc.); Desorganização geral, constantes atrasos na entrega de trabalho escolares e perda de seus pertences; Confusão para nomear entre esquerda e direita; Dificuldade em manusear mapas, dicionários, listas telefônicas etc.; Vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou longas e vagas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2018, s/p.).

Para Lucena (2009), essas manifestações são persistentes e acompanham a vida do sujeito, mas com suporte e tratamento adequado as dificuldades podem ser minimizadas. A autora sinaliza ainda que:

A maioria dos especialistas concorda com a hipótese de que ocorre um déficit no processamento fonológico. Existem também evidências de problema na memória verbal de curto prazo e algumas linhas de pesquisa atuais apontam para aspectos perceptuais visuais envolvidos na dislexia. Dentre a diversidade de fatores que influenciam no surgimento desses transtornos é fundamental a participação da escola, pois os alunos que os apresentam necessitam de orientação específica e adequada para se desenvolverem e se adaptarem às

exigências acadêmicas, desde quando a educação de qualidade é um direito garantido pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para todos, o que significa que é função da escola identificar qual a necessidade específica do aluno. Os educadores precisam estar preparados para lidar com a inclusão, além de estarem conscientes da diversidade que os alunos apresentam e da importância de uma constante reflexão sobre educação inclusiva, em todos os aspectos. (LUCENA, 2009, p. 04).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM IV4 – TR, a dislexia é definida como uma deficiência de aprendizagem específica, que se caracteriza pelo desempenho acadêmico em leitura/escrita abaixo do esperado pela idade, escolaridade e nível cognitivo/intelectual pessoal. É considerada uma deficiência de aprendizagem especial, caracterizada por atrasos na leitura e na escrita, é uma doença neurológica congênita e hereditária muito comum entre parentes próximos, com maior incidência em homens, chegando a 15% da população. (VASCONSELOS, 2012).

Segundo a base de dados e informações estatísticas da ABD, coletados entre os anos de 2013 e 2018, cerca de 33% das pessoas avaliadas eram do sexo feminino e 67% eram do sexo masculino; apenas 19% dos avaliados possuíam antecedentes familiares de hereditariedade, ou seja, possuíam casos de dislexia na família anteriores ao seu nascimento. Ainda, 32% dos avaliados eram ambidestros (utilizavam as duas mãos para a escrita), 5% eram canhotos (predominância do lado esquerdo) e 63% eram destros (predominância do lado direito); dos avaliados, 66% possuíam algum tipo de comorbidade, que ocorre quando duas ou mais doenças se relacionam, 68% possuíam algum tipo de alergia; das pessoas que participaram do estudo, constatou-se que 11% eram alunos do ensino público e 89% alunos de escolas particulares. (FONTE: Associação Brasileira de Dislexia – ABD & Centro Especializado em Distúrbios de Aprendizagem – CEDA. 2018).

Para Andrade (2011):

No Brasil, grande parte dos alunos encaminhados a atendimento especializado não apresenta distúrbios de aprendizagem, mas sim dificuldades geradas por causas externas, com origem em fatores ambientais ou metodológicos, fato que sobrecarrega o sistema público, um fenômeno alcunhado de “síndrome do encaminhamento”. Este problema é causado principalmente porque nossa política educacional ainda não reconhece a dislexia como uma categoria de transtorno de aprendizagem e as concepções pedagógicas predominantes no sistema educacional brasileiro não enfatizam, e até mesmo desencorajam veementemente, as relações grafo-fonológicas na alfabetização. Este quadro se reflete na formação acadêmica dos educadores e sua pouca familiaridade, de um modo geral, com o conhecimento científico sobre os processos cognitivos e neurofuncionais relacionados à linguagem escrita e sobre a sintomatologia da dislexia e sua base genético-neurológica. Juntos, esses problemas na educação brasileira fazem com que se confundam, frequentemente, transtornos de aprendizagem, isto é, problemas de

aprendizagem de origem constitucional e intrínsecos ao escolar, com dificuldades de aprendizagem, que são problemas de origem ambiental ou extrínsecos ao escolar, dentre as quais se incluem a metodologia de alfabetização inadequada, problemas emocionais-afetivos na família e/ou na escola, etc. Finalmente, a conjunção desses fatores culmina numa quase ausência de critérios bem definidos e instrumentos pedagógicos de rastreamento dos fatores de risco para as dificuldades de leitura que orientem a adoção adequada dos encaminhamentos. (ANDRADE, 2011. p. 15).

Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de equipamento didático de pré-diagnóstico, adequado para sala de aula ou grupo de alunos, sempre levando em conta a individualidade de cada um. Tal material é essencial para que os professores sejam auxiliados na tarefa de triagem de escolares em risco de dislexia, pois, quando a intervenção precoce acontece, ela pode ajudar e muito o aluno a superar desde cedo seus traumas e dificuldades com relação aos estudos.

O cuidado em levantar possíveis problemas e, assim, assegurar o aprendizado dos alunos, corresponde, principalmente, ao trabalho do professor e da família. Mas, como o direito à educação está previsto em lei, essa tarefa é estendida a sociedade como um todo, pois, se cabe ao Estado garantir o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, cabe a sociedade cobrar para que esse direito seja assegurado. Dessa forma, faz parte dessa garantia a preocupação com a produção dos melhores meios e contextos para assegurar o aprendizado. Justamente por isso, os aspectos legais quanto à educação versam sobre os cuidados necessários para o processo de formação educacional, sejam eles inclusivos, de atendimento, jurídico, de saúde, trabalho, lazer etc. Nesse sentido, passaremos, então, a discutir sobre os aspectos legais em relação ao cuidado e a formação do educando. (ANDRADE, 2011)

2. RESPALDOS LEGAIS PARA INCLUSÃO E ATENDIMENTO DA CRIANÇA COM DISLEXIA

Está escrito no Art. 5º, §1º, de nossa Constituição, que (...) “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. A educação é um direito fundamental, uma garantia constitucional “inabalável” e está inserida numa lista de cláusulas que visam garantir a segurança jurídica e a não discriminação das pessoas singulares. Portanto, qualquer comportamento, norma, regra ou regulamento que não esteja em conformidade com as disposições da Constituição de nosso país, seja no âmbito público ou privado, será considerado inconstitucional. Além do mais, o direito básico à educação tem um efeito normativo e pode produzir resultados

específicos, independentemente de supervisão posterior, e seu pleno exercício deve ser assegurado de imediato, sem qualquer tipo de supervisão.

Em relação ao direito básico à educação, o Art. 205 da CF assegura que: (...) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Visto que a educação é direito de todas as pessoas, qualquer aluno deve receber os cuidados necessários da instituição de ensino e de toda a sociedade, para que possa adquirir conhecimentos, desenvolver-se com dignidade e obter as qualificações adequadas.

Sob a base da Constituição, os cuidados necessários no processo de formação educacional deixam antever que a educação inclusiva, no sistema de ensino formal, incluindo escolas públicas e particulares, não pode ser rebaixada ou contornada por qualquer desculpa ou motivo. Deve-se, pois, proporcionar assistência educacional necessária aos alunos carentes, permanentes ou temporários. (BRASIL, 1988).

Como a política de proteção de crianças e jovens é considerada uma prioridade absoluta, cabe ao Estado à responsabilidade de incluir crianças ou jovens com necessidades especiais no ambiente escolar; afinal, essa é uma das formas de democratizar a sociedade. Assim, em vista da demanda contínua pela transformação das instituições de ensino em um espaço socialmente inclusivo, essa tarefa passa a ser de todos aqueles que se dedicaram a trabalhar na prática da pedagogia; eles devem estar conscientes de que esses desafios são oportunidades de crescimento.

Ainda, em consideração ao fato de que os princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade geralmente são ignorados pela sociedade ou não são compreendidos em relação às pessoas com deficiência, é necessário realizar pesquisas aprofundadas para defender seus direitos e incorporá-los à sociedade. Somente quando houver a compreensão de que qualquer interpretação constitucional deve adotar o princípio da igualdade é que será possível apreender sobre a proteção especial às pessoas com deficiência.

Nota-se, para melhor discutir esse aspecto, que o assunto sobre a inclusão da pessoa com deficiência, na Constituição Federal de 1988, aparece no Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)”. Dessa forma, estão assegurados às pessoas com algum

tipo de deficiência os mesmos direitos das pessoas ditas normais, ou seja, o direito de ir e vir e, sobretudo, o direito à educação.

Ao ir além da Constituição Federal de 1988, percebe-se que existem muitas outras leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência nas escolas e na sociedade em geral. Pode-se citar, por exemplo, a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, que trata da pensão vitalícia para as pessoas com deficiência, a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, que dispõe sobre o ajuste nos valores das pensões por deficiência, a Lei Complementar nº 53, de 19 de dezembro de 1986, que concede isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM para veículos destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que garante às pessoas com deficiência o acesso a programas do governo como saúde, educação e habitação e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que fala sobre o direito de aposentadoria para o funcionário público que for considerado inválido para o exercício da sua função.

Embora a pessoa com dislexia apresente uma dificuldade de aprendizagem e não propriamente uma deficiência, apesar de não demonstrar características físicas, merece atenção e cuidados especiais. Quando se estabelece uma garantia legal, é firmado um compromisso do Estado para com a sociedade de forma geral, ou seja, o Estado garante que possibilitará o acesso à educação, por exemplo, ou aos esportes, e cabe à sociedade cobrar que esses compromissos sejam cumpridos.

Assim, Martins (2004) diz que:

No dispositivo da Constituição de 1988, conforme observamos, há avanço e recuo jurídicos. Avanço quando diz que os portadores de deficiência devem receber atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Não obstante, há recuo quando traz ainda, no final dos anos 80, uma terminologia tacanha, excludente, ao fazer referência às pessoas com alguma necessidade especial, no âmbito escolar, como “portadores de deficiência”. Em se tratando de análise terminológica, fazemos hoje um desconto nas expressões jurídicas da Constituição Federal de 1988, porque estávamos, em 1988, em pleno final do século XX, cujo conceito de deficiência era herança da Medicina de séculos anteriores. A terminologia “portadores de deficiência” nos remete a um Brasil excludente que tratava seus doentes, deficientes ou não, como “portadores de moléstia infecciosa”. Este enfoque clínico, assim, perdurou até a Constituição Federal de 1988. (MARTINS, 2004, p. 03)

Portanto, a legislação atual reconhece que a deficiência não é um fator interno do indivíduo, mas um fator que diz respeito a todas as camadas da sociedade. Em outras palavras, a deficiência é o resultado da interação entre os obstáculos de uma pessoa (físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais) e vários obstáculos sociais (arquitetura,

atitude, cidade, tecnologia, comunicação, etc.), dificultando a integração social do indivíduo (Participação plena e efetiva). Seja como for, apesar da dislexia não ser considerada uma deficiência, ela demanda cuidados e requer atenção. Por conta disso, nosso trabalho, agora, será o de apresentá-la sob uma perspectiva inclusiva. (MARTINS, 2004).

3. DISLEXIA ENQUANTO TRANSTORNO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

A aprendizagem está relacionada a fatores pessoais, incluindo orgânicos e aqueles relacionados ao comportamento. Por isso, é necessário estudar como dificuldades de aprendizagem na disciplina podem prejudicar a forma de apropriação de conhecimento. O que precisa ser enfatizado é que, além dos fatores orgânicos, o maior obstáculo é que a cátedra muitas vezes não pode resolver o problema dos alunos.

Duarte (2014) diz que:

Quando se trata de distúrbios de aprendizagem, há uma contradição no que diz respeito à conceituação pelo fato dos termos transtornos e dificuldades serem usados como sinônimos, no entanto cada termo possui a sua peculiaridade quando se estuda a aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas com problemas de origem pedagógica e/ou sociocultural, ou seja, as dificuldades de aprendizagem não estão envolvidas com nenhuma causa orgânica é algo extrínseco ao indivíduo. Já os transtornos e ou distúrbios de aprendizagem relacionam-se com problemas na aquisição e no desenvolvimento de funções cerebrais envolvidas no ato de aprender e são de origem intrínseca ao indivíduo. O Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-V, 2013) acrescenta que distúrbio de aprendizagem (DA) são transtornos/perturbações orgânicas e/ou sociais que ocorrem no processo de aprendizagem de indivíduos, sendo uma disfunção do Sistema Nervoso Central, relacionada a uma “falha” no processo de aquisição ou do desenvolvimento, tendo, portanto, caráter funcional. São também denominadas por alguns autores como dificuldades específicas de aprendizagem ou, ainda, como pontua o DSM-V (2013), como “transtorno de aprendizagem específica”. (DURTE, 2014, p. 03).

A educação para todos precisa dar atenção à heterogeneidade, porque a diversidade pode estimular a vitalidade do grupo, enriquecer as relações e interações e despertar o desejo dos alunos por compromisso e aprendizagem. Desta forma, a escola se torna um lugar especial onde todos podem conhecer e respeitar diferentes pessoas. Nesse caso, o educador deve estar aberto às diferenças.

Para isso, a sala de aula deve ser transformada em uma “oficina”, pronta para o exercício do raciocínio, ou seja, onde os alunos possam aprender a ser objetivos, demonstrar liderança, resolver conflitos de opinião e chegar a consensos. Ela deve,

também, realizar ações construtivas para tornar a interação com os alunos com dislexia mais fácil.

Para Borba (2016):

É na escola que a dislexia, de fato, aparece. Há disléxicos que revelam suas dificuldades em outros ambientes e situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas. Entretanto, a escola que conhecemos certamente não foi feita para o disléxico. Objetivos, conteúdos, metodologias, organização, funcionamento e avaliação nada têm a ver com ele. Não é por acaso que muitos portadores de dislexia não sobrevivem à escola e são por ela preteridos. E os que conseguem resistir a ela e diplomar-se o fazem, astuciosos e corajosamente, por meio de artifícios, que lhes permitem driblar o tempo, os modelos, as exigências burocráticas, as cobranças dos professores, as humilhações sofridas e, principalmente, as notas. (BORBA, 2016, p. 02).

Na proposta ou no modelo geral de ensino, existem as seguintes possibilidades: exame escrito, operacional, contendo questões objetivas ou dissertativas, realizado individualmente ou em grupo, sem consulta a nenhuma ou a qualquer fonte; exame oral, por meio de discurso ou debate, sozinho ou em grupos realizados, sem consulta a nenhuma ou a qualquer fonte; atividades práticas, tais como várias obras produzidas e apresentadas através de diferentes expressões e linguagens, envolvendo aprendizagem, pesquisa, criatividade e vivência prática, conduzidas individualmente ou em grupo, internas ou extracurriculares; observação; comportamento baseado nos valores e atitudes, definidos nos objetivos da escola (solidariedade, participação, responsabilidade, disciplina e ética). (BORBA, 2016).

No entanto, é importante que a comunidade educacional sempre entenda a dislexia, que busque informações sobre os eventos, os resultados do tratamento do assunto e o desempenho de alunos com dislexia, pois, em geral, eles terão dificuldades com os modelos e/ou possibilidades apresentados, se as suas particularidades de aprendizagem não forem consideradas.

Duarte (2014) diz ainda que:

Parece haver um consenso na comunidade científica e na prática clínica em relação às características relacionadas à dislexia no desenvolvimento, sendo essas: é um transtorno específico das operações implicadas no reconhecimento das palavras (precisão e rapidez), que compromete em maior ou menor grau a leitura. A escrita e a produção textual também estão comprometidas. Outra característica da dislexia é que essa é um problema persistente até a vida adulta, mesmo com tratamento adequado, tornando o prognóstico reservado. Afeta um subconjunto, minoritário dos alunos com problemas na aprendizagem da escrita e leitura. Ela também está presente nos primeiros anos de escolaridade e no caos que surge mais tarde é em decorrência de lesão cerebral. Tratando-se da classificação da dislexia pode-se mencionar que existem muitas formas, de acordo com critérios utilizados.

Alguns autores classificam-na pautados em testes diagnósticos, fonoaudiólogos, pedagógicos e psicológicos. (DURTE, 2014, p. 07).

Como as dificuldades do aluno com dislexia devem ser consideradas, é necessário realizar algumas adaptações nos modelos e propostas educacionais. Quando se trata de adaptação escolar, sempre são destacadas as que incluem instalações físicas, equipamentos, estruturas administrativas e metodológicas, o que representa um desafio para toda a equipe escolar, que deve enfrentar a diversidade em termos de personalidade. Por meio de certas adequações no modelo, o desenvolvimento de potencialidades pode ser estimulado, bem como a manifestação de autonomia, autoconfiança, autoestima e a alcançar a inclusão social por meio do exercício de uma atividade profissional com objetivo de participação social.

Por isso, para Lucena (2009):

Dentre a diversidade de fatores que influenciam no surgimento desses transtornos é fundamental a participação da escola, pois os alunos que os apresentam necessitam de orientação específica e adequada para se desenvolverem e se adaptarem às exigências acadêmicas, desde quando a educação de qualidade é um direito garantido pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para todos, o que significa que é função da escola identificar qual a necessidade específica do aluno. Os educadores precisam estar preparados para lidar com a inclusão, além de estarem conscientes da diversidade que os alunos apresentam e da importância de uma constante reflexão sobre educação inclusiva, em todos os aspectos. (LUCENA, 2009, p. 02).

Ao conhecer essas ideias referentes ao ensino da pessoa com dislexia, deve-se levar em conta os três segmentos que mais são afetados e merecem atenção nesse processo de ensino aprendizagem, a saber: os pais, os educadores e os disléxicos. É necessário, pois, observar as especificidades de cada grupo e do grupo maior em que estes se encontram, ou seja, a comunidade escolar.

Assim, também se faz necessário uma visão transdisciplinar sobre o tema e sobre o aluno. Ao considerar os estudos da neuropsicologia, psicopedagogia, educação inclusiva e outros que possam servir de base para o ensino em sala de aula, percebe-se que eles facilitam tanto o contato com alunos e família quanto possibilitam que o aluno aprenda ainda mais, se emancipe, conheça seu lugar na sociedade e, apesar das dificuldades, desempenhe um papel de grande importância no ambiente social. (LUCENA, 2009).

Portanto, é importante notar algumas questões de ensino, principalmente com relação à avaliação de alunos com dislexia. Se a pessoa com dislexia apresenta dificuldades organizacionais e falta de concentração, a avaliação deve ser clara,

instrutiva e não pode ser explicada duas vezes. Nesse caso, o problema é objetivamente apontado. Já, numa avaliação escrita, o número de perguntas pode ser reduzido, também é possível fornecer testes de múltipla escolha, pois as pessoas com dislexia acham essa abordagem mais fácil de lidar; além disso, imagens são bem-vindas na avaliação. Mais um fator importante, é o uso de números descritivos específicos ou avaliações laboratoriais que ajudam na compreensão do texto apresentado. Eles evitam que o disléxico se equivoque na questão teórica devido à dificuldade de interpretação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva pode ser muitas vezes caracterizada pela crença de uma escola sem diferenças, quando, na verdade, é uma escola onde as diferenças existem e todos são capazes de lidar com ela em harmonia e com sabedoria. Isto significa que as dificuldades e condições específicas de cada aluno devem ser consideradas. Por meio da presente consideração, propostas de atendimento diferenciado – que, no caso do aluno com dislexia, deve contemplar às dificuldades dele de forma a enriquecer o conhecimento – são formuladas.

O sucesso desse trabalho depende, pois, de que a comunidade acredite na escola, acredite que a instituição seja capaz de atender as dificuldades dos alunos, confie nos professores e, sobretudo, no trabalho que desempenham, pois esse é um processo construído por todos os envolvidos na vida do aluno.

Nesse sentido, vimos que, para que a educação inclusiva da pessoa com dislexia seja de fato implementada e mantida no Brasil, é preciso que um grande esforço de todos os envolvidos, a saber: da sociedade em geral, da comunidade escolar, do poder público, dos políticos, que são os responsáveis pela elaboração das leis, bem como dos familiares dos alunos, que devem buscar o atendimento adequado se respaldando em leis e decretos que embasam o ensino no país. Todo esse esforço tem uma meta em comum: garantir uma educação de melhor qualidade para todos. A inclusão escolar pressupõe, todavia, além da crença na inclusão, uma atitude inclusiva. Esta requer mudanças filosóficas e de paradigmas no contexto escolar, oportunizando assim uma integração social aos portadores de dislexia.

Aos professores cabe mostrar que eles e a escola possuem competência para lidar com esses alunos. Por meio de propostas concretas, que realmente possam ser implantadas e realizadas, o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, seja no nível

inicial ou nos mais avançados, serão garantidos. Vale lembrar que essas propostas precisam ser estipuladas no Projeto Político Pedagógico da escola; o respaldo, para sua formulação, deve ser buscado nas determinações legais estipuladas pela União, Estados e Municípios.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, O. V. C. dos A., PRADO, P. S. T. do, & Capellini, S. A. (2011). **Desenvolvimento de ferramentas pedagógicas para identificação de escolares de risco para a dislexia**. Revista Psicopedagogia, 28(85). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/117867>. Acesso em 05 março 2021
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA (Brasil) (org.). **Base de dados: informações e estatísticas**. São Paulo, 2018. 16 slides, color. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br/estatisticas-2013-2018/>. Acesso em 05 março 2021.
- BORBA. Ana Luiza. **Como interagir com o dislético em sala de aula**. 2016. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/como-interagir-com-o-dislexico-em-sala-de-aula/>. Acesso em 13 de set. de 2021.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de Dezembro de 1996.
- BRASIL, **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988.
- DSM - IV - TR **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4ª ed. Revisão e tradução: Dornelles C. Porto Alegre: Artes Médicas;1995.
- DUARTE. Anne Caroline. **Intervenções Pedagógicas em Alunos com Dislexia**. I Seminário Internacional de Inclusão Escolar: Práticas em Diálogo. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Cap-UERJ, de 21 á 23 de Outubro de 2014. Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/23-duarte_e_souza.pdf. Acesso em 15 de set. de 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. 1946 - São Paulo. Atlas, 2002. cd. 1987;2. cd. 1989; 3. cd. 199];4. cd. 2002; tiragem.
- LUCENA R. **Dislexia: atitudes de inclusão**. Rev. Psicopedagogia 2009; 26(80): 242-253. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/252/dislexia--atitudes-de-inclusao>. Acesso em 15 de set. de 2021.
- MARTINS, Vicente. **O direito dos portadores de dislexia ao atendimento educacional especial**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1626/O-direito-dos-portadores-de-dislexia->

[ao-atendimento-educacional-](#)

[especial#:~:text=O%20direito%20dos%20portadores%20de%20dislexia%20ao%20aten%20dimento%20educacional%20especial,-](#)

[Apresenta%20as%20bases&text=Cremos%20que%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal,dislexia%2C%20disgrafia%20e%20disortografia.](#) Acesso em 19 de set. de 2021.

MENEZES, Pedro. **O Que é Ciência?..** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-ciencia/> Acesso em 22 de set. de 2021

Portadores de deficiência, igualdade e inclusão social – Jornal Âmbito Jurídico – Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/portadores-de-deficiencia-igualdade-e-inclusao-social/#:~:text=Nos%20termos%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal,o%20direito%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20o.> Acesso em 02 de out. de 2021.

VASCONCELOS, Ana. “O cérebro social: compreendendo o cérebro como um órgão social”. Em: **Interações: sociedade e as novas modernidades**. Ano de 2012, nº 32, pp.34-52.